

CADERNO DE QUESTÕES



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 09/2014 - TA - PROGESP/UFRGS

Nível de Classificação E

CARGO 10
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

MATÉRIA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Legislação	11 a 20
Conhecimentos Específicos	21 a 40

Nome do Candidato: _____

Inscrição n.º: _____ - _____



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 09/2014 – TA – PROGESP/UFRGS
CONCURSO PÚBLICO DO QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO - NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E
RETIFICAÇÃO DE GABARITO APÓS RECURSO

07 Arquiteto e Urbanista; **08** Bibliotecário-Documentalista; **09** Engenheiro/Área: Engenharia Civil; **10** Técnico em Assuntos Educacionais;
11 Jornalista.

CARGO	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
07	B	E	E	A	E	B	X	E	C	B	D	A	C	B	X	B	A	C	B	E	E	D	A	E	C	C	E	C	A	A	B	B	C	A	E	B	E	A	D	B
08	B	E	E	A	E	B	X	E	C	B	D	A	C	B	X	B	A	C	B	E	B	E	C	E	D	A	B	E	C	A	B	C	C	A	B	A	D	D	E	E
09	B	E	E	A	E	B	X	E	C	B	D	A	C	B	X	B	A	C	B	E	B	E	B	C	C	A	A	D	D	B	D	E	E	E	C	A	A	A	B	D
10	B	E	E	A	E	B	X	E	C	B	D	A	C	B	X	B	A	C	B	E	D	C	D	A	B	D	B	A	C	C	E	B	C	E	X	B	A	X	X	A
11	B	E	E	A	E	B	X	E	C	B	D	A	C	B	X	B	A	C	B	E	B	C	B	E	C	A	B	D	E	E	E	A	B	E	A	X	X	D	C	C

X = ANULADA

INSTRUÇÕES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

- 1 Verifique se este CADERNO DE QUESTÕES corresponde ao Cargo para o qual você está inscrito. Caso não corresponda, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 2 Esta PROVA consta de **40** (quarenta) questões objetivas.
- 3 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 4 Para cada questão objetiva, existe apenas **uma** (1) alternativa correta, a qual deverá ser assinalada na FOLHA DE RESPOSTAS.
- 5 O candidato somente poderá responder a Prova Escrita Objetiva, utilizando-se de caneta esferográfica de tinta preferencialmente azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite e/ou borracha durante a realização da Prova (conforme subitem 8.8 do Edital de Abertura).
- 6 Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas nessa FOLHA, a partir do número 41, serão desconsideradas.
- 7 Os candidatos que comparecerem para realizar a Prova não deverão portar armas, malas, livros, máquinas calculadoras, fones de ouvido, gravadores, *paggers*, *notebooks*, telefones celulares, *pen-drives* ou quaisquer aparelhos eletrônicos similares, nem utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, lenços, aparelhos auriculares (à exceção de candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência Auditiva, cuja condição deverá estar previamente informada na lista de presença ou de candidato que solicitou atendimento especial, conforme subitem 3.3.16), óculos escuros, ou qualquer outro adereço que lhes cubra a cabeça, os olhos e os ouvidos. Os relógios de pulso são permitidos, desde que permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da Prova (conforme subitem 8.14 do Edital de Abertura).
- 8 Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS ao Fiscal da sala.
- 9 A duração da prova é de **três (3) horas e trinta (30) minutos**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
- 10 O candidato somente poderá se retirar da sala de Prova uma (1) hora após o seu início. Se quiser levar o Caderno de Questões da Prova Escrita Objetiva, o candidato somente poderá se retirar da sala de Prova duas (2) horas após o início. O candidato não poderá anotar/copiar o gabarito de suas respostas de Prova, a não ser no próprio Caderno de Provas (conforme subitem 8.19 do Edital de Abertura).
- 11 O candidato que se retirar da sala de Prova, ao concluí-la, não poderá utilizar os sanitários destinados a candidatos nas dependências do local de Prova (conforme subitem 8.20 do Edital de Abertura).
- 12 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções implicará a anulação da prova do candidato.

Boa prova!

Instrução: As questões **01** a **05** referem-se ao texto abaixo.

Guia de carreiras: arquitetura e urbanismo

01. Habilidade para conceber espaços e objetos, o arquiteto e urbanista vê seu mercado se expandir com o 'boom' de moradias populares criadas pelo poder público. Porém, apesar de a carreira ter sua imagem vinculada __ área de edificações, este profissional também pode trabalhar com paisagismo, cenografia, conservação e preservação de patrimônios históricos e culturais, design gráfico, além de projetar produtos como móveis e utensílios.

10. O presidente do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo (Sasp), Daniel Amor, diz que todos os anos se formam cerca de 6.500 arquitetos em todo o país, sendo 30% no estado de São Paulo. É muito raro, segundo ele, algum ficar sem emprego. "Durante a faculdade, o estudante faz o estágio supervisionado. Isso o ajuda a conhecer o mercado quando se forma. Há várias oportunidades. Em São Paulo, por exemplo, metade das prefeituras não tem arquitetos."

19. Quem está __ muitos anos no mercado garante que, para seguir carreira, mais do que saber desenhar – já que o vestibular tem prova de habilidade específica – o aluno precisa ter senso de organização, criatividade e muito jogo de cintura. "É necessário prestar muita atenção, porque, quando menos se espera, o arquiteto é desafiado __ pensar em uma solução rápida para um problema de sinalização, acessibilidade, comunicação ou conforto", afirma Zan Quaresma, arquiteto e diretor de pesquisa do Sasp.

29. Para Daniel Amor, ao fazer seus projetos, o arquiteto cria obras de arte nas cidades. "Ao criar, o arquiteto não pensa em uma caixa isolada, um volume qualquer. Ele pensa em um elemento que vai transmitir um sentimento e proporcionar algo em quem vê ou usa esse elemento".

Adaptado de: Guia de carreiras: arquitetura e urbanismo (<http://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2011/04/guia-de-carreiras-arquitetura-e-urbanismo.html>). Acessado em 19 de março de 2014.

01. Qual alternativa preenche corretamente as lacunas das linhas 05, 19 e 25 do texto?

- (A) há – a – à
- (B) à – há – a
- (C) à – há – à
- (D) à – a – a
- (E) há – a – a

02. Assinale a alternativa que contenha as afirmações corretas.

- I - O sujeito do verbo *ficar* (l. 14) é *algum* (l. 14).
- II - O sujeito do verbo *ajuda* (l. 16) é *Isso* (l. 16).
- III- O sujeito do verbo *Há* (l. 17) é *várias oportunidades* (l. 17).
- IV- O sujeito do verbo *É* (l. 23) é *prestar muita atenção* (l. 23-24).

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas I, II e IV.

03. Os pronomes *sua* (l. 04) e *seus* (l. 29) estabelecem uma relação entre um elemento possuidor e um elemento possuído. Assinale a alternativa que apresenta correta e respectivamente o elemento possuidor e o elemento possuído na relação estabelecida por esses dois pronomes.

- (A) o arquiteto e urbanista – imagem \ projetos – o arquiteto
- (B) o arquiteto e urbanista – imagem \ Daniel Amor – projetos
- (C) carreira – imagem \ Daniel Amor - projetos
- (D) imagem – arquiteto e urbanista \ o arquiteto – obras de arte nas cidades
- (E) carreira – imagem \ o arquiteto – projetos

04. Assinale **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) nas afirmações a seguir.

- () As vírgulas presentes na linha 06 têm a função de isolar elemento intercalado.
- () As vírgulas presentes na linha 11 têm a função de separar um vocativo.
- () A vírgula presente na linha 15 tem a função de isolar um adjunto adverbial.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) V – F – V.

05. Assinale a alternativa que contenha apenas **substantivos**.

- (A) **mercado** (l. 02) – **presidente** (l. 10) – **forma** (l. 16) – **habilidade** (l. 21)
- (B) **edificações** (l. 05) – **São Paulo** (l. 11) – **problema** (l. 26) – **qualquer** (l. 31)
- (C) **Daniel Amor** (l. 11) – **ajuda** (l. 16) – **vestibular** (l. 21) – **aluno** (l. 22)
- (D) **imagem** (l. 04) – **estado** (l. 13) – **metade** (l. 18) – **desafiado** (l. 25)
- (E) **poder** (l. 03) – **emprego** (l. 14) – **carreira** (l. 20) – **senso** (l. 22)

Instrução: As questões **06** a **10** referem-se ao texto abaixo.

01. O jornal Washington Post fez uma experiência no
02. metrô da cidade. Um dos melhores violinistas do
03. planeta, Joshua Bell, estava em turnê na capital, e a
04. experiência era a seguinte: ele tocava incógnito seu
05. violino numa estação de metrô. Um boné no chão
06. recolheria as moedas.

07. As poucas pessoas que deram algum troco sequer
08. pararam para ouvir. Quando Joshua guardou seu
09. violino (que valia três milhões e meio de dólares) não
10. houve aplausos.

11. Eis minha experiência no metrô de Londres, anos
12. atrás. Estava de férias e já subia a escada para atingir
13. a rua quando me dei conta do tema que vinha de um
14. sax (na época, Kenny G povoou de saxofones as
15. estações de metrô mundo afora). A canção que
16. chegara a mim não era Kenny G. Era algo suave, que
17. reverberava na memória. Memória antiga e afetiva. O
18. que tocava era *Manhã de carnaval*, de Antônio Maria,
19. meu conterrâneo. Um autor recifense enchia os ares
20. do metrô de Londres. Desci as escadas correndo. O
21. saxofonista era alto e ruivo, dificilmente seria brasileiro.
22. Fiquei ainda mais comovido.

23. Ouvi a música até o fim. Depois, agradecendo a
24. honra, coloquei dez libras em seu chapéu. Ele não
25. acreditou, e achou que eu havia me confundido ao
26. dar uma nota de valor tão graúdo. Gesticulei que não,
27. e segui adiante orgulhoso do talento de minha aldeia.

28. A ilusão durou décadas, e manteve-se intacta até
29. anteontem. Eu passava entre os computadores do
30. escritório quando ouvi o que vinha do monitor de um
31. colega: a introdução de *Manhã de carnaval*. Voltei
32. sorrindo e já ia contar o antigo episódio do metrô
33. quando entrou a voz. Sim, era a voz: Frank Sinatra,
34. cantando em inglês. Então era isso. O ruivo magrela
35. não conhecia Antônio Maria coisa nenhuma, e
36. tampouco sabia da existência de Recife ou mesmo do
37. Brasil. Conhecia era a versão americana. Ele tocou
38. Frank Sinatra e eu paguei por Antônio Maria. Na
39. mesma hora tive pena das minhas dez libras.

40. Enquanto a experiência do Washington Post rendeu
41. um prêmio Pulitzer em 2008, a minha rendeu uma
42. bestagem. O título americano da canção, aliás, é uma
43. carapuça. Chama-se *A day in the life of a fool* (Um dia
44. na vida de um tolo).

Adaptado de: LAURENTINO, A. Maria. Disponível em:
andrelaurentino.blogspot.com.br/2013/03/Maria.html.
Acessado em 11/04/2014.

06. Assinale a alternativa que contenha um substantivo que, para ser passado para o plural, exige somente o acréscimo da letra **s** ao final da palavra.

- (A) **canção** (l. 15)
- (B) **chapéu** (l. 24)
- (C) **carnaval** (l. 31)
- (D) **voz** (l. 33)
- (E) **inglês** (l. 34)

07. Assinale a alternativa que apresenta uma sequência com verbos conjugados no pretérito imperfeito, no futuro do pretérito e no pretérito mais-que-perfeito, respectivamente.

- (A) **fez** (l. 01) – **recolheria** (l. 06) – **conhecia** (l. 35)
- (B) **tocaria** (l. 04) – **reverberava** (l. 17) – **sabia** (l. 36)
- (C) **pararam** (l. 08) – **chegara** (l. 16) – **passava** (l. 29)
- (D) **tocaria** (l. 04) – **chegara** (l. 16) – **enchia** (l. 19)
- (E) **seria** (l. 21) – **era** (l. 21) – **havia** (l. 25)

08. Considere as seguintes propostas de alteração da pontuação do texto.

- I - Substituição dos dois-pontos, na linha 04, por ponto-e-vírgula.
- II - Inserção de uma vírgula antes de **não**, na linha 09.
- III - Retirada da vírgula depois de **não**, na linha 26.

Quais resultariam em períodos gramaticalmente corretos?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

09. Com a expressão **A ilusão** (l. 28), o narrador faz referência à sua crença inicial de que

- (A) a música *Manhã de carnaval* não fosse conhecida fora do Brasil.
- (B) o seu colega de trabalho não soubesse da experiência que tivera no metrô de Londres anos antes.
- (C) o saxofonista que encontrara no metrô de Londres conhecia o autor da música *Manhã de carnaval*.
- (D) o saxofonista que encontrara no metrô de Londres estivesse executando uma música em homenagem a Frank Sinatra.
- (E) a música *Manhã de carnaval* estivesse sendo tocada por um músico que conhecia somente a interpretação de Frank Sinatra.

10. Ao dizer que **Joshua Bell (...) tocaria incógnito seu violino numa estação de metrô** (l. 03-05), o autor do texto veicula a ideia de que, em sua apresentação, Joshua Bell

- (A) evitaria aproximar-se do público.
- (B) não seria reconhecido pelo público.
- (C) procuraria impressionar o público com seu conhecimento de música brasileira.
- (D) tocaria na estação tentando simular uma performance pouco elogiável.
- (E) executaria peças musicais desconhecidas do grande público.

11. Conforme a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil

- (A) é formada pela união dos governos estaduais, das câmaras municipais e dos territórios.
- (B) não é integrada pelo Distrito Federal.
- (C) é uma república preponderantemente unitária.
- (D) tem como fundamentos os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- (E) representa o país do qual emana todo o poder.

12. Conforme a Constituição Federal, assinale a afirmativa que **NÃO** contempla um princípio sobre o qual se baseia o ensino no país.

- (A) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, nos termos estabelecidos pelas diretrizes traçadas pelo Ministério da Educação.
- (B) Gestão democrática do ensino público, na forma da lei.
- (C) Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- (D) Igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.
- (E) Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

13. Conforme a Constituição Federal, considere as afirmativas abaixo.

- I - A investidura em qualquer cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.
- II - O direito de greve do servidor público prescinde de termos e limites definidos em lei específica.
- III- As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

14. Conforme a Lei Federal n. 8.112/1990, considere as afirmativas abaixo.

- I - O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para exercício interino, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições que momentaneamente ocupe, hipótese em que poderá acumular as remunerações.
- II - No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.
- III- As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais não poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

15. Conforme a Lei Federal n. 8.112/1990, considere as afirmativas abaixo no que se refere à posse em cargo público.

- I - A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.
- II - A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.
- III- Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação, acesso e ascensão.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

16. Conforme a Lei Federal n. 8.112/1990, considere as afirmativas abaixo.

- I - A posse em cargo público independe de prévia inspeção médica oficial.
- II - Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente.
- III- O servidor investido em cargo em comissão só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

17. Conforme a Lei Federal n. 11.091/2005, considere as afirmativas abaixo.

- I - Será instituído Incentivo à Qualificação ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, na forma de regulamento.
- II - Na contagem do interstício necessário à Progressão por Mérito Profissional, não será aproveitado o tempo computado desde a última progressão.
- III- O interstício para Progressão por Mérito Profissional na Carreira é de 20 (vinte) meses contados da posse.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

18. Conforme o Decreto n. 5.707/2006, considere as afirmativas abaixo quanto à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal.

- I - É implementada exclusivamente pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, dela ficando excetuadas a autárquica e a fundacional, devido às suas peculiaridades estatutárias.
- II - Entre as suas finalidades, encontra-se a melhoria de eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão que, nos termos do regulamento, deve ser alcançada independentemente da racionalização e efetividade dos gastos com capacitação do servidor.
- III- Tem como uma de suas diretrizes incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

19. Conforme o Decreto n. 5.824/2006, considere as afirmativas abaixo quanto ao Incentivo à Qualificação.

- I - O servidor o receberá, independentemente de requerimento, mediante a apresentação de diploma que comprove a graduação em curso de nível superior, com efeitos financeiros a partir da formatura e, nesse caso, deverá ser movimentado para cargo compatível com a nova escolaridade.
- II - Em nenhuma hipótese, poderá haver redução do percentual percebido pelo servidor.
- III- Em homenagem ao princípio da simetria, os percentuais para a sua concessão serão sempre iguais e serão corrigidos semestralmente, segundo os índices de correção aplicáveis aos salários dos servidores públicos.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

20. Conforme o Decreto n. 5.825/2006, a elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação observará, entre outros princípios e diretrizes, a

- I - cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as de pesquisa e dessas com o Ministério da Educação.
- II - corresponsabilidade do dirigente da Instituição Federal de Ensino (IFE), dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.
- III- adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.

Quais alternativas estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

21. Considere as afirmativas abaixo, no que se refere à administração pública.

- I - Resulta, do princípio da legalidade, o conhecido aforismo "o administrador público é um servo da lei".
- II - A eficiência, a eficácia e a efetividade são princípios constitucionais, aplicáveis à administração pública.
- III- As atividades exclusivas ou típicas de Estado demandam dos órgãos ou entidades que as executam a personalidade de direito público. As demais atividades podem ser realizadas por entidades de direito privado ou em parceria com o II ou III setores da economia. Qualquer arranjo institucional diferente pode ser submetido a questionamentos diversos.
- IV - O poder de agir, no direito privado, caracteriza-se como uma possibilidade, enquanto, na esfera do direito público, o poder de agir se transforma em um dever de agir, advindo, então, o emprego habitual da expressão "poder-dever de agir da autoridade pública" que, se omissa, poderá responder, entre outros, por crime de prevaricação.
- V - Conforme a Constituição Federal, as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas I, II e III.
- (D) Apenas I, III, IV e V.
- (E) I, II, III, IV e V.

22. Considere as afirmativas abaixo, em relação às universidades e instituições federais.

- I - De regra, as universidades e demais instituições federais de ensino superior estão estruturadas sob a forma de autarquia ou de fundação.
- II - A legislação que normatiza o tema orçamento das universidades e IFES, em razão da especificidade da matéria, admite princípios contrários aos constitucionais.
- III- Dentre os parâmetros fundamentais que estabelecem o tipo de estrutura organizacional que melhor atenderá aos objetivos institucionais, estão o tamanho, os graus de formalização, a centralização e a dispersão geográfica.
- IV - No ambiente corporativo, a coordenação acontece, em parte, pela liderança dos agentes; na esfera pública prevalecem as normas e os procedimentos *vis a vis* às competências dos agentes.
- V - Devido à autonomia das universidades públicas, os projetos relacionados ao ensino, à pesquisa e à extensão prescindem da submissão às normas gerais editadas pelos Ministérios da Educação, da Fazenda, da Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como não se submetem aos órgãos colegiados, a exemplo do Conselho Nacional de Educação.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas I, III e IV.
- (D) Apenas III, IV e V.
- (E) I, II, III, IV e V.

23. Considere as afirmativas abaixo em relação à gestão de recursos humanos no setor público, assinalando com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso).

- () O princípio constitucional da impessoalidade impede que o gestor confira o tratamento mais adequado ao perfil de cada integrante da sua equipe de trabalho.
- () O concurso não é a única maneira de ingresso nas carreiras do setor público, como pode ser visto no caso da magistratura.
- () De regra os indivíduos admitidos para o exercício das atividades típicas de Estado devem ser contratados sob o ordenamento estatutário, já aqueles admitidos para as demais atividades devem estar sujeitos ao ordenamento celetista.
- () Segundo o estatuto da estabilidade, no serviço público, a avaliação de desempenho é desnecessária.
- () A exoneração por falta de aptidão e de capacidade deve ser motivada de modo suficiente e claro, sob pena de nulidade; já a demissão, por ser penalidade, deve ser ainda mais fundamentada.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – F – F – V – V.
- (B) V – V – V – F – F.
- (C) V – F – F – V – V.
- (D) V – V – V – F – V.
- (E) F – F – V – V – F.

24. Considere as afirmativas abaixo, no que se refere à gestão dos órgãos públicos, assinalando com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso).

- () Seleção, admissão, capacitação, atualização, avaliação, progressão e desligamento são atividades típicas no âmbito da gestão de recursos humanos, independentemente se ocorrem no I, II ou III setor da economia.
- () Os empregados públicos e os servidores estatutários possuem as mesmas prerrogativas, direitos e deveres, uma vez que trabalham para o Estado, tendo como finalidade o bem comum.
- () A chamada Gestão por Competências é estranha ao setor público, sendo mais apropriada à gestão corporativa (II Setor), em que a obtenção do lucro é o fim e, por isso, os resultados individuais prevalecem sobre os interesses coletivos.
- () Competência denota um conjunto de prerrogativas e responsabilidades associadas a um órgão ou agente, como também diz respeito a conhecimentos, habilidades e atitudes.
- () Finalmente, a Nova Administração Pública trouxe à gestão de recursos humanos e das carreiras em particular, a flexibilidade, a mobilidade e a transversalidade que faltavam à realidade brasileira.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – F – V – F.
- (B) F – V – V – F – F.
- (C) F – F – V – V – V.
- (D) V – V – F – F – V.
- (E) V – V – V – F – F.

25. Considere as afirmativas abaixo no que se refere à organização da estrutura pública.

- I - Na administração pública brasileira, a remuneração é fixa, não cabendo, em hipótese alguma, retribuição vinculada ao desempenho.
- II - Ao agente público é conferido o poder discricionário, devendo usá-lo sempre nos limites da lei.
- III - A "organização por clientela" é inaceitável na administração pública em razão do princípio da impessoalidade.
- IV - A avaliação de desempenho, no setor público, deve ser conduzida, estritamente, tendo em conta as expectativas e o desempenho pessoal e profissional do indivíduo, sendo irrelevantes as estratégias e objetivos organizacionais.
- V - No setor público brasileiro, todas as carreiras vinculam-se aos respectivos órgãos, em que os servidores, concursados ou ocupantes de cargos comissionados, exercem suas atividades.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas II, III e IV.
- (D) Apenas II, IV e V.
- (E) Apenas III, IV e V.

26. A Lei n. 10.639, de 2003, altera a Lei n. 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN), de 20 de dezembro de 1996, acrescentando-lhe o seguinte conteúdo:

- (A) o estudo da História da África e dos Africanos; dos Indígenas; a luta dos negros no Brasil; a cultura negra brasileira; o papel do negro na formação da sociedade nacional, resgatando sua contribuição nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.
- (B) o estudo da História da África e dos Africanos; dos Indígenas; a luta dos negros no Brasil; a cultura negra brasileira; o papel do negro na formação da sociedade nacional, resgatando sua contribuição nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil, e a inclusão do dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra.
- (C) o estudo da História da África e dos Africanos; dos Indígenas; das pessoas com deficiência; a luta dos negros no Brasil; a cultura negra brasileira; o papel do negro na formação da sociedade nacional, resgatando sua contribuição nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.
- (D) o estudo da História da África e dos Africanos; a luta dos negros no Brasil; a cultura negra brasileira; o papel do negro na formação da sociedade nacional, resgatando sua contribuição nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.
- (E) o estudo da História da África e dos Africanos; a luta dos negros no Brasil; a cultura negra e indígena brasileira; o papel do negro na formação da sociedade nacional, resgatando sua contribuição nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

27. Conforme o art. 206 da Constituição Federal do Brasil (1988), dentre os princípios que norteiam o ensino ministrado no Brasil, encontram-se:

- (A) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; a garantia de padrão de qualidade; a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a relativa gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- (B) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; a garantia de padrão de qualidade; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- (C) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; a garantia de padrão de qualidade; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a valorização dos profissionais do ensino; e a relativa gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- (D) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; a garantia de padrão de equidade; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a valorização dos profissionais do ensino; a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- (E) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; a garantia de padrão de equidade; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a valorização dos profissionais do ensino; a gratuidade do ensino público em estabelecimentos de ensino.

28. O Plano de Desenvolvimento da Educação, aprovado pela Presidência da República, em 24 de abril de 2007, tem como objetivo melhorar a educação básica brasileira. Entre as várias ações previstas encontram-se:

- (A) estabelecimento de um índice de qualidade para avaliar as condições em que se concentra o ensino, com o objetivo de alcançar nota seis no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; o programa de transporte *Caminho da Escola*, para estudantes que residem na zona rural brasileira; e o programa *Brasil Alfabetizado*, com foco na região nordeste.
- (B) estabelecimento de um índice de qualidade para avaliar as condições em que se concentra o ensino, com o objetivo de alcançar nota seis no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; o programa de transporte *Caminho da Escola*, para estudantes que residem na zona rural e litorânea brasileira; o programa *Brasil Alfabetizado*, com foco na região nordeste e nos jovens de 19 a 29 anos.
- (C) estabelecimento de um índice de qualidade para avaliar as condições em que se concentra o ensino, com o objetivo de alcançar nota sete no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; o programa de transporte *Caminho da Escola*, para estudantes que residem na zona rural e litorânea brasileira; o programa *Brasil Alfabetizado* com foco na região nordeste e nos jovens de 19 a 29 anos; o programa *Luz para Todos*, com foco nas escolas públicas.
- (D) estabelecimento de um índice de qualidade para avaliar as condições em que se concentra o ensino, com o objetivo de alcançar nota seis no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; o programa de transporte *Caminho da Escola*, para estudantes que residem na zona rural e litorânea brasileira; o programa *Brasil Alfabetizado*, com foco nas regiões nordeste e centro-oeste; o programa *Luz para Todos*, com foco nas escolas públicas das capitais dos estados brasileiros.
- (E) estabelecimento de um índice de qualidade para avaliar as condições em que se concentra o ensino, com o objetivo de alcançar nota sete no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; o programa de transporte *Caminho da Escola* para estudantes que residem na zona rural; o programa *Brasil Alfabetizado*, com foco nas regiões nordeste e centro-oeste; o programa *Luz para Todos*, com foco nas escolas públicas.

29. Conforme o art. 207 da Constituição Federal do Brasil (1988), as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e

- (A) são subordinadas, em termos de gestão financeira e patrimonial, devendo obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- (B) de gestão financeira e patrimonial, devendo obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, não lhes sendo facultada a admissão de cientistas estrangeiros.
- (C) de gestão financeira e patrimonial, devendo obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo-lhes facultada a admissão de cientistas estrangeiros.
- (D) são subordinadas, em termos de gestão financeira e patrimonial, devendo obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo-lhes facultada a admissão de cientistas estrangeiros.
- (E) de gestão financeira e patrimonial, devendo obedecer ao princípio de dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo-lhes facultada a admissão de cientistas estrangeiros.

30. No âmbito da Constituição Federal e da LDBEN (Lei n. 9.344/96), educação é direito de todos e dever do Estado e da família; será promovida e incentivada com a colaboração do(a) _____, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, abrangendo os processos formativos que se desenvolvem na vida _____, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e manifestações _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto acima.

- (A) empresariado – familiar – culturais
- (B) família – laboral – artísticas
- (C) sociedade – familiar – culturais
- (D) empresariado – estudantil – artísticas
- (E) sociedade – laboral – culturais

31. O art. 4º, da LDBEN (Lei n. 9.394/96), define que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade. A amplitude desse direito abrange, entre outros aspectos,

- (A) a progressiva extensão da oferta do ensino médio, educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade, atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino, acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria.
- (B) a progressiva extensão da obrigatoriedade da educação de jovens e adultos e obrigatoriedade do ensino médio, atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino, acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria e vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.
- (C) a progressiva extensão da obrigatoriedade do ensino médio, atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino, acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria e vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 5 (cinco) anos de idade.
- (D) a universalização do ensino médio, atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede privada de ensino, acesso obrigatório aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria e acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.
- (E) a universalização do ensino médio gratuito, atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino e acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria e acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

32. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais e atuais para a Educação Básica no Brasil respondem à emergência da atualização das políticas educacionais que consubstanciam o direito de todo brasileiro à formação humana e cidadã, à formação profissional e à adequação às exigências do mercado de trabalho, à vivência e à convivência em ambiente educativo e, entre seus objetivos, está sistematizar os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDBEN e nas deliberações da Comissão de Educação do Senado Federal e demais dispositivos legais, traduzindo-os em determinações para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola. Essa assertiva

- (A) está correta, pois ressalta o aspecto da relação entre as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica no Brasil e os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDBEN e nas deliberações da Comissão de Educação do Senado Federal e demais dispositivos legais.
- (B) está incorreta, pois ressalta o aspecto da relação entre as atuais Diretrizes Curriculares para a Educação Básica no Brasil e os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição e na LDBEN e nas deliberações da Comissão de Educação do Senado Federal e demais dispositivos legais.
- (C) está correta, pois ressalta o aspecto do direito à convivência em ambiente da indústria e do comércio.
- (D) está incorreta, pois ressalta a consubstancialidade em relação ao direito de todo brasileiro à formação humana e cidadã e à formação profissional.
- (E) está correta, pois ressalta a adequação às exigências do mercado de trabalho.

33. Com relação à organização dos sistemas de ensino, observe as afirmativas abaixo referentes às funções da União em regime de colaboração.

- I - Coordenar a política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas, exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.
- II - Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.
- III- Baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação.
- IV- Assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino.
- V - Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas III, IV e V.
- (E) I, II, III, IV e V.

34. A incumbência de assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas e prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento, segundo a LDBEN (Lei n. 9.394/96) é de responsabilidade

- (A) dos estabelecimentos de ensino, em colaboração com a União, os Estados e Municípios, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino.
- (B) da União, em colaboração com os Estados e Municípios.
- (C) dos Estados e Municípios.
- (D) dos Estados, Municípios e organizações de classe do magistério.
- (E) dos estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino.

35. No âmbito das atuais políticas para reestruturação e expansão das Universidades Federais, propostas pelo Ministério da Educação, está o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes), que tem como objetivo fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países com os quais mantém acordos – em especial os africanos – nas áreas de educação e cultura. Esse projeto oferece apoio aos

- (A) professores de programas de pós-graduação e graduação de universidades públicas e privadas do Brasil e de outros países, especialmente os africanos.
- (B) professores de programas de pós-graduação e graduação de universidades públicas do Brasil e de outros países, especialmente os africanos.
- (C) professores e estudantes de graduação de instituições federais de educação superior. No caso dos estudantes, esses devem ter bom desempenho acadêmico, de acordo com as exigências da universidade em que estudam.
- (D) estudantes de graduação matriculados em instituições federais de educação superior, que tenham bom desempenho acadêmico, de acordo com as exigências da universidade em que estudam.
- (E) professores e estudantes de universidades públicas e privadas.

36. A Portaria n. 92, de 31 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União pelo Ministério da Educação, aprovou, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento, transformação de organização acadêmica, modalidade presencial do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Os eixos indicadores para o processo de avaliação presentes nessa portaria são:

- (A) planejamento, avaliação e cadastramento institucional; desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas para docentes e discentes; políticas de gestão e infraestrutura.
- (B) planejamento, avaliação institucional; desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas; políticas de gestão e infraestrutura física.
- (C) planejamento, avaliação e cadastramento institucional; desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas para docentes e discentes; políticas de gestão e infraestrutura física e tecnológica.
- (D) planejamento, avaliação e cadastramento institucional; desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas para docentes e discentes; políticas de gestão institucional e de pessoas e infraestrutura.
- (E) planejamento, avaliação institucional; desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas; políticas de gestão e infraestrutura tecnológica, física, de recursos humanos e institucionais.

37. Criado em 2007, a partir de uma Emenda à Constituição Brasileira, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF). Entre as diferenças existentes entre o FUNDEF e o FUNDEB, podemos destacar:

- (A) o FUNDEB investe em todos os níveis da educação básica, da educação infantil ao ensino médio, incluindo a educação de jovens e adultos, e o FUNDEF destinava recursos somente para o ensino fundamental.
- (B) o FUNDEB investe somente na educação infantil e no ensino médio, enquanto o FUNDEF investia somente no ensino fundamental.
- (C) o FUNDEB investe exclusivamente na educação infantil e no ensino médio, urbano e rural, e o FUNDEF destinava recursos exclusivamente para o ensino fundamental e a educação de jovens e adultos.
- (D) o FUNDEF investia exclusivamente na educação infantil e no ensino médio, urbano e rural, e o FUNDEB destina recursos exclusivamente para o ensino fundamental e a educação de jovens e adultos.
- (E) o FUNDEF investia exclusivamente no ensino fundamental, e o FUNDEB destina recursos para todos os níveis e modalidades da educação brasileira.

38. A Lei n. 12.612, de 13 de abril de 2012, sancionada pela Presidência da República, declara como patrono da educação brasileira

- (A) Darcy Ribeiro.
- (B) Paulo Freire.
- (C) Gustavo Capanema.
- (D) Anísio Teixeira.
- (E) Florestan Fernandes.

39. O currículo da educação básica, segundo a LDBEN (Lei n. 9.394/96), compõe-se de uma base nacional comum e de uma parte diversificada do currículo, na qual, obrigatoriamente, deverá ser incluído, entre outros,

- (A) a partir do primeiro ano do ensino fundamental, o ensino de, pelo menos, uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição e dos princípios da proteção e defesa civil.
- (B) princípios da proteção e defesa civil; a educação ambiental, de forma integrada aos conteúdos obrigatórios; e os conteúdos de promoção da saúde, especialmente das doenças sexualmente transmissíveis.
- (C) princípios da proteção e defesa civil; a educação ambiental, de forma integrada aos conteúdos obrigatórios; e a música deverá ser conteúdo obrigatório e exclusivo do componente curricular de arte, especialmente em suas expressões regionais.
- (D) princípios da proteção e defesa civil; a educação ambiental, de forma integrada aos conteúdos obrigatórios; e a música deverá ser conteúdo exclusivo do componente curricular de arte, especialmente em suas expressões regionais.
- (E) a partir da quinta série, o ensino do inglês como língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

40. Anualmente, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira organiza um Resumo Técnico do Censo da Educação Superior no Brasil. A coleta dos dados tem como referência as diretrizes gerais previstas pelo Decreto n. 6.425, de 4 de abril de 2008, e reúne as seguintes informações sobre as instituições de ensino superior:

- (A) cursos de graduação presencial ou a distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, além de informações sobre docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa.
- (B) cursos de pós-graduação *lato* e *strictu sensu*, cursos de graduação presencial ou a distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, além de informações sobre docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa.
- (C) cursos de graduação presencial ou a distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, além de informações sobre docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa, fluxo de caixa das instituições.
- (D) cursos de graduação presencial ou a distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, além de informações sobre docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa, pesquisas concluídas e fomentos disponibilizados pelas agências nacionais de pesquisa e pós-graduação.
- (E) cursos de graduação presencial ou a distância, cursos sequenciais e de extensão universitária, projetos de pesquisa, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, além de informações sobre docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa.